



ATA DE REUNIÃO - Comissão de Segurança Hídrica

São Paulo, 8 de julho de 2020.

- Teve lugar no dia 8 de julho de 2020, das 15h às 17h, por ferramenta virtual, a **21ª reunião ordinária da Comissão de Segurança Hídrica**.
- Participaram da Reunião: Regina Monteiro, Breno Eitel, José Armênio, Marco Palermo – SPURbanismo; Bruno Janini e Thor Saad – SMDU; Carlos de Nicola – IAS; Cesar Pergoraro – SOS Mata Atlântica; Daniele Klintowitz – Inst. Polis; Eduardo Serpa, Maria Inês Sato – Cetesb; Eunice Emiko – SMS; Giuliano Ajeje – UBS; Guilherme Checco – IDS; Gustavo Guimarães – SGM; Helio Suleiman – Bacia AT; Irineu Gnecco – SG; Ivan Shirahama, Maria Jose Gullo, Patrick Morais, Marcos Romano – Sehab; José Carlos Mierzwa – USP; José Soares, Rogério Reis, Vladimir Tomiate – Arsesp; Mauricio Morais – PGM; Mauro Scarpinatti, Mauricio Ramos – Aliança pela Água; Meunim Jr., Monica Porto, Nivaldo Rodrigues, Flavio Machado – Sabesp; Rodrigo de Freitas – UFABC; Roseane Garcia – Convidada; Raphael Guerrero, Renato Zuccolo – Inst. Engenharia; Sandra Kishi – PRR Conexão Água; Mônica Valdyrce – Inst. Butantan; Antonio Carlos dos Santos – Consultor.
- Marco Palermo iniciou a reunião cumprimento os participantes, esclarecendo que a ata da reunião anterior está disponível. Informou que a Presidência da Cetesb indicou como representante na Comissão de Segurança Hídrica Dra. Maria Inês Sato.
- Em seguida, Maria Inês Sato se dispôs a esclarecer dúvidas sobre a apresentação sobre monitoramento de Covid-19 nas ETEs de esgoto. Informou também que as ETEs Suzano e São Miguel passaram a ser monitoradas recentemente. Esclareceu ainda pontos sobre a metodologia de testes, e o desafio de custos elevados. Ela sugeriu que o grupo se debruce sobre a questão dos objetivos do monitoramento.
- Marco Palermo ressaltou que o tema do monitoramento de patologias em redes de esgoto deve ser assunto permanente da Comissão, não somente no período de pandemia da Covid-19. Palermo comentou sobre a criação do grupo específico para monitoramento, e o agendamento de uma reunião prévia à seguinte da Comissão para criar uma proposta de trabalho. Thor Ribeiro se comprometeu a marcar a reunião.
- Na sequência, Breno apresentou os avanços no hub informativo da comissão, em especial a criação de uma caixa de e-mail institucional da comissão. Além disso, os dados georreferenciados foram atualizados. Foi pactuado com os representantes da Sabesp que a alimentação dos dados seja aprimorada para que eles possam ser expressos de forma georreferenciada.



CIDADE DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

- Em seguida, Daniele Klintowitz apresentou o Pacto pelas Cidades Justas, coordenado por uma série de entidades da sociedade civil. Eles estabeleceram um diálogo com SMDU, e tem feito um trabalho para pensar o urbanismo social em áreas de CEUs, na esteira do Território CEU. Com a pandemia, passou-se a uma colaboração na área de entrega de cestas básicas, que está sendo realizada. A partir dos mapeamentos do hub informativo, o Instituto Polis fez uma análise sobre os casos de falta d'água e a distribuição de caixas d'água. Esse cruzamento permite concluir que ainda há muitos domicílios que precisam de caixa d'água nesse momento de pandemia e episódios de falta d'água. Daniele ressaltou também que a UFABC está elaborando novos mapeamentos complementares, e ofereceu disponibilizar para a comissão. De maneira similar, foi feito um cruzamento entre demanda e oferta das pias, com conclusão similar de que há uma demanda significativa não atendida. Em relação ao atendimento à população de rua, a conclusão é similar, com vazios de atendimento em pontos não centrais onde há população de rua, mas não contam com pias. Daniele se dispôs a compartilhar os shapefiles dos dados.
- A apresentação foi elogiada, e foi proposto que os dados sejam disponibilizados no hub informativo. Sandra Kishi lembrou das obrigações dos órgãos envolvidos no saneamento da cidade, em particular da Arsesp, à luz no novo marco regulatório da política, e a relação dessas funções com os episódios de falta d'água.
- Rogério Reis, da Arsesp, explicou pontos sobre a aprovação do projeto, como o novo papel da ANA na política. Ele avalia que há clima para uma cooperação entre os órgãos, e que a agência tem feito ações de fiscalização de forma remota satisfatoriamente.
- Marco Palermo rememorou as comunicações entre a Prefeitura e Arsesp a respeito da fiscalização durante o período de pandemia. Maurício Tonin pontuou que, a respeito do novo marco do saneamento, é necessário amadurecer os debates sobre o tema, uma vez que a lei ainda vai entrar em vigência, e sua regulamentação será tema de debate. No que tange à fiscalização, Tonin rememorou que a titularidade da política é municipal, e que São Paulo trabalha por meio de um Comitê Gestor composto pela Prefeitura e estado de São Paulo. Destacou a resposta da Arsesp às demandas da Prefeitura, segundo a qual a Arsesp se dedicaria apenas à regulação, e não à fiscalização dos empreendimentos executados pela prestadora Sabesp.
- A resposta da Arsesp foi repelida com veemência por diversos participantes da reunião, devido à falta de fundamentação técnica e jurídica do seu conteúdo, e as importantes contradições entre a resposta apresentada e o estabelecido no convênio de junho de 2010 entre os Governos da Cidade de São Paulo e do Estado sobre as obrigações da Arsesp. Destacou-se também a total falta de sustentabilidade dos argumentos da Agência, uma vez que notificara a Prefeitura em março de 2020 sobre a suspensão dos serviços de fiscalização



CIDADE DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

periódica, e que agora, após os questionamentos da Comissão, declara, surpreendentemente, que não os realiza. Diversas manifestações apostas em chat sugeriram que fossem tomadas as medidas cabíveis junto aos órgãos da administração e controle para instaurar os devidos procedimentos sobre as manifestações subscritas pelo presidente da Arsesp, constantes dos ofícios P-0128-2020, de 03 de junho e P-0147-2020, de 24 de junho passados.

- O consultor Antonio Carlos se manifestou pelo entendimento de que a Arsesp deve fiscalizar, e o papel do Comitê Gestor é convalidar ou não os relatórios da agência. Ela tem fiscalizado desde 2010 o contrato, e no seu entendimento o posicionamento da agência foi estranho. Em sua opinião, os membros da comissão devem pressionar e cobrar a agência para que ela fiscalize e divulgue os dados relacionados. A Arsesp recebe uma taxa específica de fiscalização, e, portanto, tem a obrigação de fiscalizar.
- A Procuradora Regional da República, Dra. Sandra Kishi, ressaltou as obrigações constitucionais de uma Agência como a Arsesp, destacando ser pacífico o entendimento de que tem o dever de fiscalizar os serviços prestados pelas operadoras de saneamento, bem como regular suas tarifas. Ressaltou o seu papel de independência como autarquia especial, não sendo cabível qualquer ligação com interesses de prestadores de serviços por ela regulados e fiscalizados.
- Cesar Pegoraro criticou a situação de exclusão hídrica, com episódios de falta d'água especialmente na periferia.
- Rogério Reis afirmou que a Arsesp sempre fez a fiscalização e apresenta o relatório para a validação pelo Comitê Gestor. O que não consta desses relatórios é o resultado da fiscalização técnica-operacional, e a consolidação desses dados poderiam resultar em um produto mais completo.
- Thor Ribeiro pontuou que atualmente o contrato entre Prefeitura e prestadora está sob revisão e que um ponto importante nesse processo é repensar indicadores e metas relativos à intermitência do serviço. Atualmente não há metas para esse parâmetro do serviço, e tão pouco há informações suficientes sobre episódios de falta d'água e movimentações na pressão das redes.
- Convidados a se manifestar sobre a questão de intermitência ou falta de abastecimento em áreas de favelas e núcleos irregulares vulneráveis, os representantes da Sabesp afirmaram que entendem estar a participação da prestadora na CSH circunscrita aos temas em cooperação com SEHAB, em particular pias e caixas d'água.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO DE SEGURANÇA HÍDRICA

- Eunice Kishinami pontuou que há novos achados sobre o vírus relativos à possibilidade de transmissão por aerossol, o que reforça a importância da auto quarentena de todos que puderem.
- Maria Inês Sato respondeu que a Cetesb ainda não tem pesquisas sobre a transmissão por ar condicionado da Covid-19. Entretanto, considerou que está demonstrado que é um veículo de transmissão preocupante, e recomendou que sistemas de ares condicionados devam ser objeto de cuidados. Eduardo Serpa esclareceu que a atribuição legal de verificação de ar condicionado não é da Cetesb.
- Marcos Romano esclareceu que os dados de SEHAB que haviam sido citados na reunião passada, sobre áreas vulneráveis, estão em consolidação.
- Gustavo Rabelo, representante de SGM, sugeriu que, havendo razão para tanto, que sejam marcadas reuniões extraordinárias para que os temas possam ser aprofundados.
- Encerrando, Marco Palermo marcou a reunião seguinte para 15/07/2020, das 15h-17h, com participação da Sabesp, e se comprometeu a lavrar a presente ata.